



A GEOPOLÍTICA DOS ESPORTES: O MONOPÓLIO DA FIFA, A CONIFA E OS POVOS APÁTRIDAS¹

Elvis Simões P. da Silva²

RESUMO

As ONGI's (Organização Não-Governamentais Internacional) esportivas são entidades transnacionais, que controlam e detém o monopólio sob os esportes, por sua vez, são segmentos culturais e políticos, portanto também sociais. As organizações tem poder de reconhecer seleções nacionais de povos, estados e nações que podem não fazer parte do modelo Estado-Nação adotado pelo Sistema Internacional, legitimando-as através da criação de uma seleção nacional esportiva. Deste modo, infiltram seu poder de influência por diversos povos, países e nações, sem a resistência cultural e a burocracia imposta pelas fronteiras e as limitações físicas. A FIFA (Federação Internacional de Futebol e Associados) é a entidade que detém o controle do esporte mais influente e popular do planeta, além de organizar o maior evento esportivo do planeta, a Copa do Mundo de Futebol Masculino. A entidade se destaca dentre as demais da governança esportiva, por ter durante a maior parte de sua existência, mais membros, poderes, status quo e arrecadação similares ao das Nações Unidas, passando a fazer parte das Relações Internacionais. O esporte tem a capacidade de construir uma imagem nacional dos estados, incluindo aquelas que ainda não foram reconhecidas por organismos internacionais, diferente da FIFA, que governa entidades soberanas, a ConIFA (Confederação de Futebol de Associações Independentes) propõe uma abordagem supranacional não convencional, que de alguma forma desafia a narrativa do status quo do futebol internacional. Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões da FIFA como instituição e um ator influente nas relações internacionais, através do monopólio sobre o futebol e correlação dos povos apátridas com a ConIFA exercendo papel paradiplomático na autopromoção das minorias étnicas.

Palavras-chave: Geopolítica do Esporte; FIFA; ConIFA; Relações Internacionais

ABSTRACT

The sports INGOs (International Non-Governmental Organizations) are transnational organizations, which control and hold a monopoly over sports, in turn, they are cultural and political segments, therefore also social. The organizations have the power to recognize national people teams, states and nations that may not be part of the Nation-State model adopted by the International System, legitimizing them through the creation of a national sports team. In this way, they infiltrate their power to influence different people, countries and nations, without the cultural resistance and bureaucracy imposed by borders and physical limitations. FIFA (International Football Federation and Associates) is the entity that controls the most influential and popular sport on the planet, in addition to organizing the biggest sporting event on the planet, the Men's Soccer World Cup. The entity stands out among the others in sports governance, having during most of his existence, more members, powers source, status quo and revenue similar to United Nations, becoming part of International Relations. Sport has the ability to build a national image of states, including those that have not been recognized yet by international organizations, different from FIFA, which governs sovereign entities, ConIFA (Football Confederation

¹ Este trabalho é produto da pesquisa de mestrado em andamento intitulado: “ Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e a Geopolítica do Esporte, realizada com auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia pela UNESP – Presidente Prudente - SP, elviss.kf@gmail.com



of Independent Associations) proposes an unconventional supranational approach, that somehow challenges the narrative of the status quo of international football. This paper aims to present reflections on FIFA as an institution and an influential actor in international relations, through the monopoly on football and the correlation of stateless peoples with ConIFA, exercising a paradiplomatic role in the self-promotion of ethnic minorities.

Keywords: Sports Geopolitics; FIFA; ConIFA; International Relations

INTRODUÇÃO

As ONGI's (Organização Não-Governamentais Internacionais)³ esportivas são entidades internacionais multilaterais, como afirma o Registro Comercial de acordo com o Código Civil Suíço, local de instalação da maioria das entidades esportivas e, portanto não deve possuir lucro, já que todo o capital acumulado deve ser reinvestido (RODRIGUES 2015 *apud* OLIVEIRA, 2012). As entidades têm poder de reconhecer nações e legitimá-las através da criação de uma seleção nacional esportiva, assim permitindo que os sentimentos nacionalistas sejam expressados através de uma bandeira, cores e um ideal em comum.

As ONGI's esportivas detém o monopólio e o controle sob o uso dos esportes, que são segmentos culturais e políticos, portanto também sociais. Deste modo, infiltram seu poder de influência por diversos povos, países e nações, sem a resistência cultural e a burocracia imposta pelas fronteiras e as limitações físicas. Assim, reconhecem seleções nacionais de povos, estados e nações que podem não fazer parte do Sistema Internacional legitimado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

A FIFA (Federação Internacional de Futebol e Associados) é a entidade que detém o controle do esporte mais influente e popular do planeta e organiza o maior evento esportivo do planeta, a Copa do Mundo de Futebol Masculino. Já o COI (Comitê Olímpico Internacional), detém o controle sob a organização do evento multiesportivo, com a maior plateia virtual do mundo, que são os Jogos Olímpicos de Verão.

Ambas as entidades se destacam dentre as demais da governa esportiva, por terem durante a maior parte da existência destas entidades, mais membros, e poderes, *status quo* e arrecadação similares ao das Nações Unidas, passando a fazer parte das Relações Internacionais. A superioridade numérica, vai além da característica quantitativa, mas

³ ONGI é uma classificação para organizações transnacionais sem atores estatais, de acordo com Rodrigues (2015) *apud* Keohane e Nye (1977).



demonstra a eficácia das entidades esportivas em contemplar povos que não são assistidos pela ONU.

Também atuam na defesa de valores e princípios universais, como o respeito aos direitos humanos, impõem punições aos membros que não cumprem com tais propostas e participam de ações humanitárias em situações de calamidade pública em conjunto com a ONU, como a campanha de ação ao combate de Ebola, na África Ocidental em 2014.

A CONIFA (Confederação de Futebol de Associações Independentes), é a ONGI que abriga um futebol alternativo, que não possui a legitimidade da FIFA, indo de encontro aos seus critérios de admissão de membros, no qual exige que seu membro represente nações, minorias ou territórios geograficamente ou desportivamente isolados que ainda não foram afiliados à FIFA (ConIFA, 2021, [online]).

Já tendo organizado três Copa do Mundo de Futebol Masculino, em territórios de minorias (Lapônia - 2014; Abecásia - 2016, e Barawa - 2018), a entidade é maior tentativa de quebra do monopólio da FIFA, depois do COI, que historicamente busca uma maior autonomia pelo uso do futebol.

O esporte tem a capacidade de construir uma imagem nacional dos estados, incluindo aquelas que ainda não foram reconhecidas por organismos internacionais. Assim diferente da FIFA, que governa entidades soberanas, a ConIFA propõe uma abordagem supranacional não convencional, que de alguma forma desafia a narrativa do *status quo* do futebol internacional, proporcionando um novo espaço geográfico para os atores exerçam um papel paradiplomático na promoção da autodeterminação dos povos marginalizados, que de outra forma, não seriam reconhecidos dentro do atual regime internacional baseado no Estado-nação.

Este trabalho tem o propósito de apresentar algumas reflexões de como a FIFA se tornou uma instituição influente nas relações internacionais, através do monopólio sobre o futebol e como os povos apátridas utilizam-se da ConIFA (Confederação de Futebol de Associações Independentes) para exercer um papel paradiplomático na autopromoção dos povos apátridas e outras minorias étnicas. Além disso, faremos um comparativo entre a ONU (Organização das Nações Unidas) e a FIFA como reconhecedores de novos Estados-Nação, para entendermos o papel da CONIFA na quebra deste paradigma.

Este trabalho tem uma interface, que faz uma abordagem geopolítica e outra esportiva, que busca contribuir com os trabalhos acerca da relação teórico-metodológica entre Geografia-esporte-Relações Internacionais, para isso foi feita uma revisão bibliografia em diversas áreas do conhecimento, além de pesquisas em sites das ONGI's esportivas e demais fontes jornalísticas.



Os resultados apresentados neste artigo são parte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Geopolítica dos esportes e o papel dos Brics na organização de megaeventos” e da dissertação em andamento intitulada de “A Geopolítica dos Esportes: Os BRICS no mundo multipolar”. Este trabalho está organizado em duas partes, além da introdução e as considerações finais, que são destinadas, em sua primeira parte a entender a disputas pelo controle do futebol e a FIFA como elemento das relações de poder e na segunda parte, teremos uma abordagem da ConIFA como ator paradiplomático.

METODOLOGIA

A metodologia baseou-se na revisão bibliográfica de obras de diferentes áreas do conhecimento, que abordaram a temática do esporte, entre elas, a Geografia, as Relações Internacionais, Educação Física, História, Sociologia, entre outros. Além disso, foram realizadas coleta de dados e informações em fontes jornalísticas e organizações internacionais, como a FIFA (Federação Internacional de Futebol e Associados), COI (Comitê Olímpico Internacional), ConIFA (Confederação de Futebol de Associações Independentes) e ONU (Organização das Nações Unidas), dentre outras organizações político-internacionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre as diversas definições acerca do conceito de poder, exploraremos as definições de Iná de Castro (2005): “[...] se trata de uma palavra polissêmica, ou seja, que comporta diferentes significações, não significa aceitar que o poder está em tudo, por toda parte, em todas as relações “(CASTRO, 2005 p. 96)” e a de Claude Raffestin (1980):

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder (RAFFESTIN, 1980, p. 53).

Indo ao encontro as definições dos autores e de Foucault (1998), podemos entender que o poder de forma solitária é inexistente, uma vez que, o mesmo apenas pode ser exercido por intermédio de uma relação entre dois ou mais indivíduos, que possam provocar uma relação entre quem irá impor o poder e a quem será imposto por este, formando uma rede intrínseca ao poder. Como a visão de poder entre autores não é considerado um padrão, podemos encontrar



uma relação implícita da palavra, segundo Weber (1991, p. 33): “poder significa toda probabilidade de impor a vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”.

O poder se manifesta por múltiplas fisionomias, o que demonstra diversas maneiras de como aplicar o poder. Partindo deste conceito, Joseph Nye estabelece três novos termos, sendo o Poder Brando (*Soft Power*): It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced” (NYE, 2004 p. 20)⁴.

O Poder Bruto (*Hard Power*) exercido por unidades territoriais é o uso do poder através da força, guerras e sanções econômicas, para fim de influenciar e exercer poder sobre o comportamento de uma segunda unidade territorial (NYE, 2006) e, por fim, o Poder Inteligente (*Smart Power*), sendo essa a habilidade de correlação entre o “Poder Bruto” e o “Poder Brando” a fim de obter uma técnica de sucesso (NYE, 2006).

Nesta pesquisa, para obtermos uma interface da Geopolítica e das Relações Internacionais, empregaremos o modelo base de análise crítica entre Estado, Poder e território no qual os elementos sociais são considerações, além de nos basearmos nos três principais elementos de definição do Estado: o Poder, o Povo e o território como explicita Lisowski (2012):

(...) o povo, o território e o poder político. O poder é qualificado como soberano, ou seja, absolutamente independente no plano externo e hegemônico no plano interno; o território é circunscrito por fronteiras claras e não facilmente transponíveis; o povo, confundido com a nação, é o substrato humano que se submete, dentro de um território específico, a um único poder político (LISOWSKI, 2012, p. 111-112).

Para Fridrich Ratzel, o Estado é responsável por todo o desenvolvimento do seu território, através do poder que o mesmo exerce para atingir seus objetivos (RAFFESTIN, 1980; CASTRO, 2005). Com a expansão do território, aumentando sua área de controle, o Estado adquire mais poder e, conseqüentemente, se torna mais sólido contra ameaças externas. Segundo Becker (1995, p. 303), “o Estado certamente não é a unidade única representativa do político nem o território nacional a única escala do poder.” A autora questiona o pensamento

⁴A capacidade de obter o que deseja por meio da atração, em vez de coerção ou pagamentos. Surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas de um país. Quando nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos dos outros, nosso poder brando é aprimorado (NYE, 2004 p. 20, Tradução Nossa).



de Ratzel, uma vez que, se o poder se mantém no Estado, não haveria outras formas de relação de poder, apenas entre Estado-Estado, entretanto, porém essa não é a única relação que encontramos, como demonstrado por Boniface (2014) que afirma que o esporte (elemento cultural) também possui esta característica:

Le sport est un instrument de puissance tant par l'organisation des compétitions que par les victoires dans ces dernières. ... de continuer la guerre par d'autres moyens. Le sport permet de rayonner sans agressivité, il permet de dominer tout en étant populaire, ce qui n'est pas du tout le cas en termes de domination stratégique et économique. Celle-ci entraîne toujours rancœurs et rejet alors qu'elle peut provoquer admiration et reconnaissance dans le domaine sportif. La puissance sportive peut accompagner la puissance (BONIFACE, 2014 p. 19).⁵

Partindo desse raciocínio, podemos analisar o esporte como resultado das relações políticas em todas as escalas e intrínseca ao capitalismo, integrado na escala produtiva e portanto também parte da globalização.

A globalização é um processo desigual de expansão econômica, política, que possui sua base interconectada pelas redes e promete a padronização global. Sendo as redes, elementos dos fluxos de poder, quem as controla, detém o poder e controla aquele fluxo. Com a intensificação da globalização, os fluxos foram se expandindo, conseqüentemente, foram surgindo novos fluxos, que foram se inter-relacionando com os fluxos já existentes e que já foram dominados pelos controladores do poder. O processo da globalização se manifesta por meio do indivíduo, não existe um local globalizado, mas as pessoas sim, e estas quando inseridas no espaço, modelam o espaço o transformando em um lugar ou um território. (SANTOS, 2003).

Barrinha e Nunes (2004) destacam o efeito da globalização no futebol:

“O futebol passou até agora por três fases na sua expansão mundial: uma primeira de difusão, uma segunda de internacionalização das competições e uma terceira em que passa a estar de mãos dadas com a televisão (BARRINHA; NUNES, 2004, p. 127)”.

Apesar da globalização ser um processo impulsionado pela tecnologia, o esporte é adepto a tecnologia, porém é impulsionado pela globalização. O processo de globalização foi imprescindível para a popularização dos esportes ao redor do globo, uma vez que os ideais

⁵ O esporte é um instrumento de poder tanto pela organização de competições quanto pelas vitórias nelas, para continuar a guerra por outros meios. O esporte permite que você brilhe sem agressão, permite que você domine enquanto é popular, o que não é o caso em termos de dominação estratégica e econômica. Isso sempre causa ressentimento e rejeição, embora possa causar admiração e reconhecimento nos esportes. O poder do esporte pode acompanhar o poder (BONIFACE, 2014 p. 19, Tradução Nossa).



esportivos são carregados pelas pessoas, ultrapassando os limites fronteiriços com pouca dificuldade, assim integrando-se ao sistema capitalista. Outros pontos também são relevantes, como a transmissão através de televisores, rádios, internet e a “diminuição das distâncias” pelos meios de transportes mais modernos. Com isso, temos cada vez mais megaeventos atingindo proporções recordes a cada edição. A Copa do Mundo da Rússia (2018) teve mais de três bilhões de telespectadores únicos (aproximadamente 40% da população global) e a final passando de um bilhão no mesmo critério, em todas as plataformas (FIFA, 2018).

As redes possuem funções de inserção e conexão, tanto em sua realidade material ou como dado social, são uniformes, podem sofrer sobreposições, são materializadas pelas relações entre indivíduos, outras redes e territórios, e inseparável das relações do poder (SANTOS, 2006, p. 183).

A causalidade entre poder e rede identificada, podem demonstrar similaridades entre seus comportamentos, as definições de rede propostas por Santos (2006), assemelham-se as definições de poder acima expostos por Castro (2005) e Raffestin (1980), no entanto são elementos complementares.

O esporte é um elemento cultural existente por milênios e se faz presente nas civilizações desde o início das mesmas, por isso é imprescindível como objeto das ciências humanas (CAMPOS, ALFONSI, 2014), tal condição o caracteriza como um fator social (MOREAU; ROY; WILSON; DUAULT, 2021), principalmente quando inserido no modo de produção capitalista, exercendo diversas funções (ATHAYDE *et al.*, 2016) e (RUBIO, 2007), como demonstrado abaixo:

Dentro do sistema capitalista, o fenômeno esportivo desempenhou diferentes papéis/funções. Em tempos de acentuada tensão entre burguesia e proletariado (capital e trabalho), as classes dirigentes utilizaram as práticas esportivas como uma estratégia de alienação, despolitização e arrefecimento das reivindicações políticas e trabalhistas. No interstício de tempo demarcado pela 2ª Guerra Mundial, o esporte foi subjugado à sua dimensão sociopolítica, utilizado como aparelho ideológico de determinados regimes políticos específicos (fascismo e nazismo). É uma época marcada por uma aproximação do Estado ao esporte com forte caráter interventor. Trata-se de um momento histórico no qual os governantes exploram com mais ênfase a capacidade ideopolítica do esporte, expressa por sua dimensão alienante e funcionalidade propagandística (ATHAYDE *et al.*, 2016, p. 493).

O esporte chamado de alto rendimento é um tipo de prática que pode se relacionar ao esporte espetáculo, protagonizado pelo atleta profissional, ou ainda a um tipo de atividade esportiva que não é necessariamente remunerada, mas que exige, do praticante, dedicação e rendimento que superam uma atividade de tempo livre ou amadora.[...] Na busca desse objetivo, estão implicados os valores próprios da sociedade atual, como o trabalho alienante,



no qual o corpo é usado e manipulado pelo próprio atleta e pela comissão técnica para alcançar o rendimento máximo, em um curto espaço de tempo, atendendo os interesses que gravitam no entorno do espetáculo, como a venda de produtos ou a imagem do patrocinador (RUBIO, 2007, [online]).

O esporte como elemento político-social, vai ao encontro aos elementos culturais que podem compor parte da identidade nacional, como o futebol é para o Brasil (COELHO, 2004).

Não é novidade para ninguém que os estados promovem sem pudor a identificação com as suas representações futebolísticas – dificilmente poderia ser de forma diferente: a popularidade e centralidade social do próprio futebol assim o exigem. A propósito deste jogo, expressa-se e celebra-se de forma poderosa, aberta e clara, a identidade, funcionando como elemento e emblema típico da cultura da modernidade. Daí que o futebol internacional possa ser facilmente visto como a condução da política – e porque não mesmo da guerra? (COELHO, 2004, p. 122).

A partir da identidade nacional, podemos entender que o nacionalismo pode ser exaltado em alguns momentos de comoção e união nacional, como em caso de guerras e eventos esportivos internacionais, como salienta Coelho (2004). No entanto o ufanismo pode ser estimulado quando de interesse dos governos, provocando sensação de pertencimento e o nacionalismo durante uma competição internacional expressas por bandeiras, cores, hinos, como Coelho (2004) demonstra através do futebol:

[...] os jogos de futebol internacionais foram momentos privilegiados para sentir a existência da identidade nacional, para viver emoções em conjunto com os outros concidadãos, mesmo que não conheçamos a esmagadora maioria deles, para celebrar vitórias ou chorar derrotas nacionais, enfim, para produzir unidade e imaginar em conjunto a tal comunidade ficcional. Até porque um jogo de futebol internacional envolve um conjunto de actividades e significações profundamente ligadas às emoções e sentimentos relacionados com a pertença nacional. Podemos afirmar que se a nação suscita a forma de identificação social mais desenvolvida da modernidade, então o futebol é o seu desporto principal. [...] Basta-nos saber que cada um de nós é um pouco (mais) nacionalista quando a nossa selecção de futebol se encontra em competição. Isto porque o futebol permite cumprir os objectivos do nacionalismo: Tal situação conduz a que os encontros de futebol internacional constituam ocasião única para o inevitável «ondular» da bandeira, seguindo o senso comum dominante de que é o prestígio do país e o orgulho pátrio dos seus habitantes que está em jogo. Não é por acaso que os estádios são os únicos locais onde encontramos regularmente milhares de pessoas a cantar, a plenos pulmões, o hino nacional em unísono (COELHO, 2004, p. 121 - 122).

As mudanças nas estruturas das relações de poder, permitem que o esporte torne-se um instrumento de poder, pois possui uma cadeia produtiva própria, é totalmente imerso a globalização, sendo impactado pelo aumento da opinião pública, principalmente a internacional, além dos novos limites da legalidade que restringem ou permitem o uso da força.



O esporte pode ser abordado na Geografia e vem se demonstrando um objeto enriquecedor para as ciências, sendo abordado em diversas áreas da Geografia como nas dinâmicas urbanas, ambientais, políticas, socioeconômicas e geopolíticas, entre diversas outras. Ganhou protagonismo a partir dos anos 1960 na França, EUA e Reino Unido, neste que, inclusive, há um curso de graduação em Geografia e Ciência Esportiva, voltada para o planejamento urbano e das práticas de lazer. (MASCARENHAS, 1999). Porém, no Brasil, o esporte ainda é pouco utilizado em relação ao seu grande papel como ator social, (Guedes, 1980 *apud.* Jesus, 2002), mas que vem de grandes avanços desde o início do século, impulsionados pelos megaeventos sediados pelo país no período.

Nas Ciências Sociais no Brasil, muito pouco se refletiu a respeito das dimensões sociológicas, culturais e políticas de uma série de fenômenos (...). Assim é que as questões que podem ser sugeridas por análises do enorme espectro de representações e relações sociais colocadas em operação pelo futebol no Brasil, permanecem estranhas na academia até, pelo menos, a década de 70, limitando-se a algumas raras incursões isoladas ou a compor lateralmente análises mais amplas que buscavam interpretações da realidade brasileira (GUEDES, 1980 *apud.* JESUS, 2002 p. 1).

O distanciamento do esporte, das estruturas formais de poder, como universidades e instituições governamentais é histórico e pode ser representado por uma expressão, que se popularizou através do ex-Presidente da FIFA e brasileiro, João Havelange - “Esporte e política não podem se misturar” – mas que podem causar um vácuo entre as instituições e a população em geral.

As consequências desse vácuo vem sendo palpáveis durante a pandemia do coronavírus (Sars cov-2), a desinformação, a falsa informação e a descredibilidade da ciência como fonte e produção de conhecimento. Portanto, a aproximação é necessária para fomentar a produção científica nesta relação esporte-ciências humanas e aproximar a universidade da comunidade, através dos elementos culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos anos 1920, os esportes impactados pela globalização, se popularizaram pelo globo, principalmente o Futebol, as ONGI's foram diretamente impactadas pela popularidade alcançada por eles. Neste cenário destacamos o COI (Comitê Olímpico Internacional) e a FIFA.

A FIFA tem sua sede em Zurique (Suíça) e foi constituída de um modelo liberal burguês, ou seja, ele é monopolista, mas que delega as Federações nacionais o poder de representações,



cada uma tem direito a um voto, possui grande presença de profissionais liberais entre os dirigentes, como professores, padres, médicos, etc., sendo mais poroso às agências governamentais.

O COI tem sua sede em Lausanne (Suíça) e criou um modelo de organização política exclusivo, que tenta não dar margem à agência estatal. Um clube de composição social dos membros da alta aristocracia e nobreza europeia. Seus membros são, geralmente, compostos por ex-atletas olímpicos ou que estiveram envolvidos com federações nacionais (GIGLIO; RUBIO, 2017).

Tanto a FIFA quanto o COI, são organizações hegemonicamente europeias, porém o futebol se desenvolveu e popularizou na América do Sul, tal qual na Europa. Os impactos da concentração de poderes implicam na concentração dos agentes olímpicos nos países do norte geopolítico. Segundo Giglio e Rubio (2017), durante toda sua existência secular, a organização teve nove presidentes, sendo oito europeus e apenas um estadunidense, das sedes escolhidas nos Jogos Olímpicos de Verão, 50% foram na Europa, 23% nas Américas, 20% Ásia e 7% na Oceania. Apesar da falsa aparência de democratização das sedes em comparação as nacionalidades dos presidentes, efetivamente, poucas cidades fazem parte da periferia do globo. No continente americano, sete cidades foram sedes, são quatro nos EUA (Estados Unidos da América), uma no Canadá e outras duas na América Latina (Cidade do México e Rio de Janeiro), temos como confirmada para 2028 a volta para a cidade de Los Angeles, o que aumentaria a discrepância estadunidense na América. Das quatro edições na Ásia, duas foram em países em desenvolvimento (Coreia e China). Na Oceania, as edições foram na Austrália e fica um vácuo no continente africano, que sediou apenas um megaevento de potencial equivalente as Olimpíadas, que foi a Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2010 e terá sua primeira experiência em eventos olímpicos apenas em 2026, uma vez que o Senegal foi escolhido para ser sede dos Jogos Olímpicos da Juventude.

A FIFA detém o controle do futebol, todavia historicamente o disputou em diversos momentos com o COI. A primeira presença do futebol em Jogos Olímpicos foi em 1900, desde então há falta de consenso entre as entidades sobre a participação do esporte como modalidade olímpica. A FIFA entende que o futebol, supervalorizaria as Olimpíadas e daria ao COI mais poder e influência sob o futebol, desde então a FIFA, quando permite o futebol nos Jogos Olímpicos, o restringe e limita.

Desde 1996, as seleções devem ser compostas de atletas até 23 anos, podendo levar apenas três atletas acima dessa idade e por ser um evento que não faz parte da estrutura considerada profissional da entidade, os clubes não são liberados a liberar os atletas. A



justificativa é que o torneio pode ser uma oportunidade para novos atletas e equipes em desenvolvimento, mas supõe-se que é um meio de impedir que as grandes estrelas do futebol apareçam no torneio olímpico e que de alguma forma, possa ofuscar as Copas do Mundo (masculino e feminino).

O debate pelo futebol nos Jogos Olímpicos foi a primeira e ainda vem sendo a principal batalha da FIFA pelo monopólio do futebol. O COI enfrenta diversos embates pelo controle geral dos esportes, assim como tenta fazer com o futebol, mas a FIFA é uma instituição tão poderosa quanto o COI.

Ao longo do século XX, a FIFA disputou os direitos do uso de outros esportes, considerados modalidades do futebol, como o futsal - antes organizado pela FIFUSA (Federação Internacional de Futebol de Salão) - e o futebol de areia. Este primeiro que, faz pressão através de atletas e de órgãos governamentais, como ocorrido durante o Pan-Americano do Rio (2007), que incluiu a modalidade em seu programa, como proposta de incluí-lo no modelo olímpico da Rio 2016. No entanto, os conflitos de interesses da FIFA e do COI se sobressaem e ainda não há consenso.

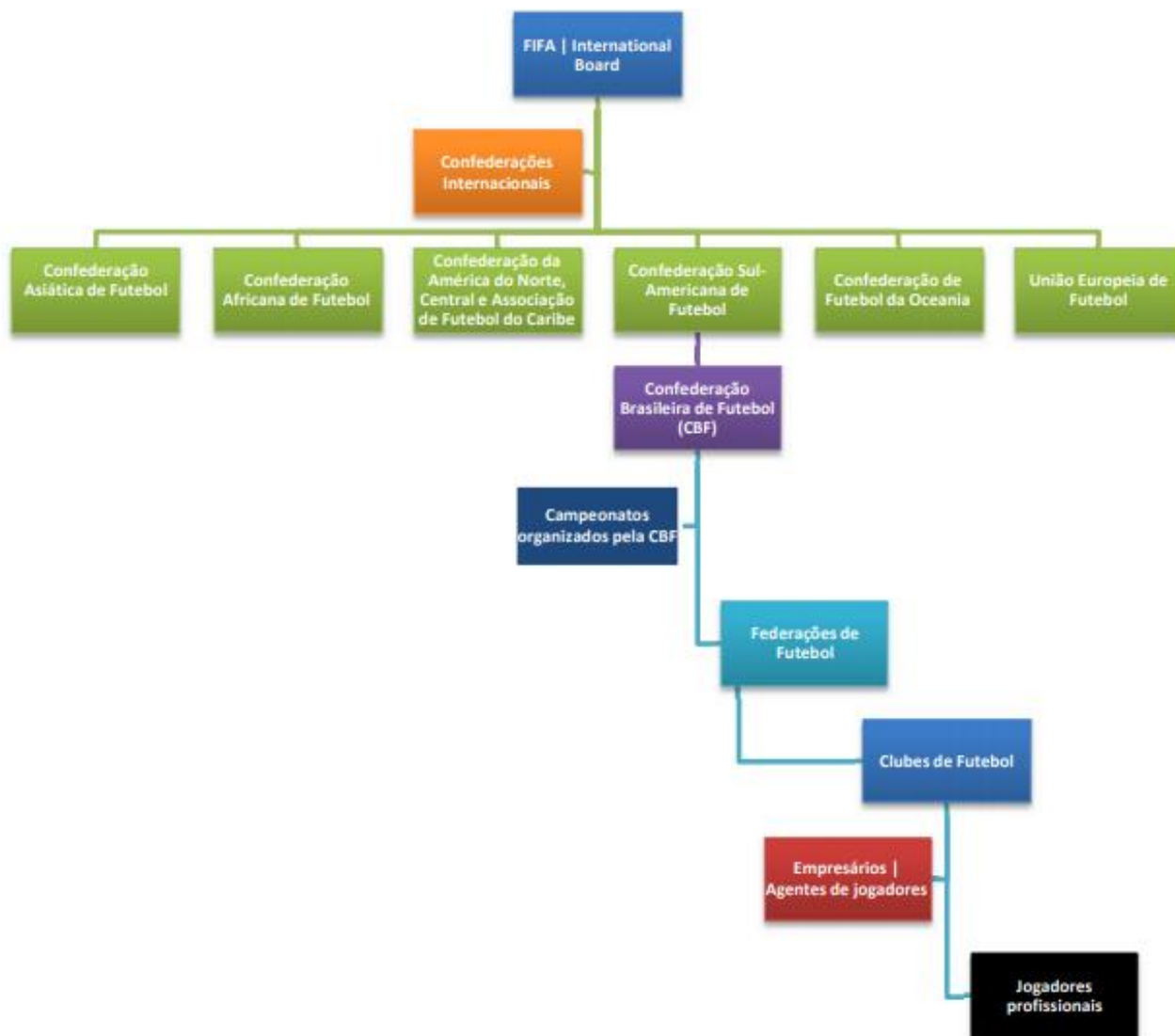
O COI sempre será uma ameaça à forma que a FIFA organiza o futebol, buscando mais controle para fazer parte da estrutura do futebol profissional, e quem sabe, impor a estrutura que desejar. Todavia a CONIFA vem buscando a quebra do monopólio da FIFA partindo de dentro do futebol. A diferença do COI e da CONIFA é que o primeiro atua em um território comum da FIFA, o das nações consolidadas e representadas pelo modelo Estado-Nação, mas a CONIFA abrange uma anarquia de povos que buscam ser reconhecidas através da paradiplomacia, ao fazerem parte desta ONGI.

Antes da criação da FIFA, a IFAB (International Football Association Board) era a responsável por organizar o futebol, após a criação da mesma, a IFAB ficou encarregada de discutir e organizar as regras do jogo, a parte operacional ficou com a FIFA. Assim, ambos se encaixam no topo da hierarquia do futebol, com a FIFA distribuindo seu poder em uma rede hierárquica, entre seis (co)federações continentais, todas as suas 211 federações nacionais, diversos clubes e atletas (Figura 1) (FIFA, 2021, [online]). Toda e qualquer atividade relacionada ao futebol que não se encaixe ou obedeça esta rede hierárquica não é aceita e legitimada pela entidade como oficial, conforme afirma Pizzarro (2015):

A FIFA organiza e administra o futebol ao redor do mundo, possuindo monopólio na governança futebolística, exercendo este poder influenciando suas confederações filiadas, regulando e controlando as mudanças, fazendo uso da geopolítica. A entidade controladora do futebol possui filiações ao redor do mundo, com sedes em todos os continentes [...] Em razão dessa

hierarquia, a FIFA tem o poder hegemônico em relação ao futebol profissional, não existindo futebol profissional fora do seu sistema. Abaixo da FIFA estão as confederações continentais, tendo como filiadas confederações nacionais. Ainda nessa hierarquia aparecem as federações de futebol dos estados e vinculadas a elas, os clubes e, por fim, os(as) atletas (PIZZARRO, 2015, p. 55 - 57).

Figura 1 – Organograma relaciona a estrutura do futebol mundial com a do futebol brasileiro



Fonte: Giglio (2013, p. 89)

À medida que o futebol popularizava, o poder da FIFA alcançava territórios ainda distante da Liga das Nações/Nações Unidas (Tabela 1), como Gibraltar, que possui uma seleção nacional, mas não possui um assento na ONU. O mesmo processo foi recorrente com o COI durante toda sua história. O número de federações é chamativo por ser superior ao da ONU, uma constante durante toda sua história, demonstrando que a FIFA possui um *status quo* similar ao das Nações Unidas, uma vez que possuem orçamentos similares, poder de reconhecer nações, poder de punir infrações aos direitos humanos e suporte a causas humanitárias.



Tabela 1. Quantidade de membros na Liga das Nações/ONU e na FIFA

Ano	Número de Federações Filiadas à FIFA	Número de países membros da Liga das Nações ou da ONU
1904	7	0
1914	24	0
1920	20	42
1923	31	43
1930	41	41
1938	51	38
1950	73	60
1954	85	76
1959	95	99
1984	150	159
1991	165	166
1994	190	185
2010	208	192
2020	211	193

Fonte: Boniface (2010, p. 45 - Atualizada)

Observa-se (Quadro 1) que após o processo de descolonização da África e Ásia, e o fim da União Soviética, os novos países foram incorporados na entidade. Após a eleição do brasileiro a presidência da FIFA, João Havelange, a instituição expandiu o número de membros em 52%, enquanto a ONU cresceu em 46%. (FAVERO, 2006), demonstrando o poder de persuasão que a organização possui com Estados recém criados.

No Quadro 1, temos esta ampliação de 52%, descrita pela quantidade de associações nacionais que as confederações (continentais) possuem e o seu crescimento após 1974, o ano da chegada de Havelange a presidência da organização.



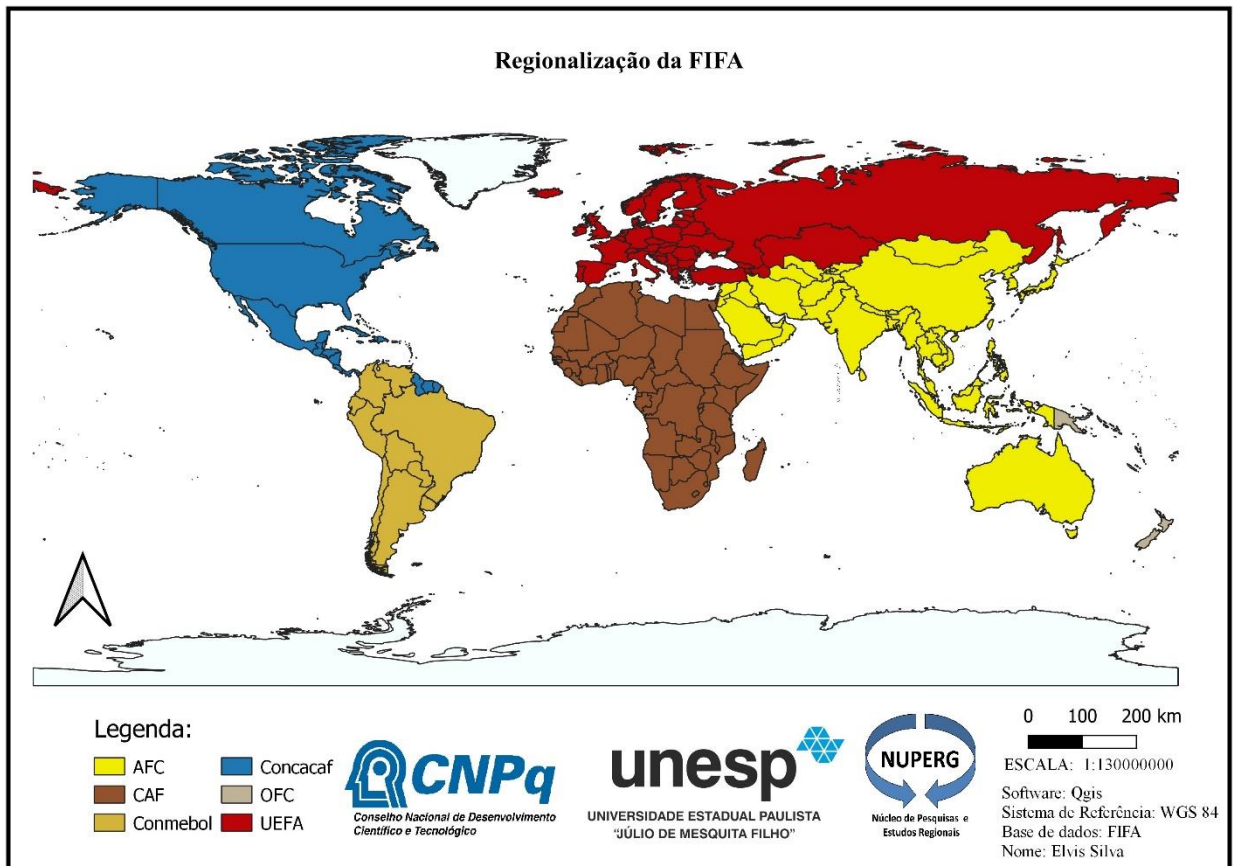
Quadro 1. Crescimento das confederações regionais da FIFA após o mandato de João Havelange

Confederações da FIFA	Número de Associações	Associações que entraram a partir de 1974	Crescimento após 1974
África	53	16	43%
América do Norte, Central e Caribe	35	13	59%
América do Sul	10	0	0%
Ásia	46	14	44%
Europa	52	20	62%
Oceania	11	8	266%

Fonte: Favero (2006, p. 17)

A regionalização da FIFA (Figura 2), apesar de similar aos contornos tradicionais dos continentes, é variável, por razões, que as fazem mais próximas da realidade geocultural e geopolítica. O futebol em Israel, em todas suas instâncias, é gerido pela IFA (Associação Israelense de Futebol), que até 1994 foi membro da AFC (Associação Asiática de Futebol), porém quanto enfrentava seus vizinhos asiáticos, principalmente do Oriente Médio, seus problemas geopolíticos eram trazidos ao campo, deste então a IFA é parte da UEFA (Associação Europeia de Futebol), uma proximidade com os europeus que não é apenas esportiva, mas geopolítica também. As variações desta regionalização também podem ser encontradas na América do Sul, uma vez que Suriname, Guiana e Guiana Francesa, são parte do bloco Norte, América Central e Caribe.

Figura 2. Regionalização da FIFA



Os Estados novos e multiculturais tendem a usar o esporte na construção de uma identidade nacional, reafirmando o território, a bandeira e demais símbolos nacionais que são transmitidos quando um atleta os representa.

A FIFA aceita como seu corpo de membros apenas “estados independentes reconhecidos pela comunidade internacional” ou, em alguns casos, “regiões que ainda não conquistaram independência” que são autorizadas por seu país anfitrião para se candidatar à adesão (FIFA, 2021). Assim, a legitimidade da FIFA, com base em seu monopólio do futebol e poder, abre precedente para que nações não reconhecidas pela ONU, mas que são pela FIFA, busquem seu reconhecimento internacional a partir do futebol, como a China Taipei (Taiwan), Hong Kong, Macau, Palestina, Porto Rico.

Há nações que não possuem filiações com quaisquer organismo internacional consolidado pelo ocidente (ONU, COI, FIFA, etc.), então não possuem legitimidade destas, tornando seu povo sem uma nacionalidade reconhecida, como os curdos, o maior povo apátrida do mundo.



O autor neorealista Waltz (2002), afirmou que os Estados-Nação consolidados não os únicos presentes no Sistema Internacional, todavia são estes que são os responsáveis por moldar a atual estrutura de poder. Os demais atores são empresas, fluxos econômicos, dinâmicas sociais, entre outros instrumentos de poder inseridos em uma rede de interação.

Para Rosenau (1990), existem atores mistos dentro a comunidade internacional, a qual são divididos em países com vínculos soberanos (*sovereignty-bound*) e países sem vínculos soberanos (*sovereignty-free*). Este primeiro, tem sua soberania reconhecida por grande parte ou toda a comunidade internacional e por isso possui uma agenda e compromissos globais, que o impede de concentrar seus recursos em poucos objetivos, o segundo termo, é destinado aqueles que não possuem sua soberania reconhecida, ou possui a mesma limitada a uma pequena quantidade de nações reconhecidas, não possuindo uma agenda global extensa e assim, possuindo mais espaço para focar em diversos objetivos de forma simultânea.

Partindo desta linha de pensamento, Soldatos (1993) descreveu a paradiplomacia:

It refers to direct international activity by subnational actors (federated units, regions, urban communities, cities) supporting, complementing, correcting, duplicating, or challenging the nations-state's diplomacy; the prefix "para" indicates the use of diplomacy outside the traditional nation-state framework (SOLDATOS, 1993, p. 46).⁶

Baseados em Keohane e Nye (2001), a abordagem paradiplomática, tem sua base em dois pilares, que são intrínsecos, a estrutura, pautada no intercâmbio de instrumentos de poder, dada em uma relação de duas unidades políticas semelhantes ou mais e os processos, que estabelece o processo de todos os demais agentes integrados pela rede de interação, não limitando-se apenas aos Estados-Nação.

Os povos de muitos países sem vínculos soberanos, apesar de terem representações próprias, tem sua presença ignorada e internacionalmente, são politicamente representados por um chefe de Estado de um país com vínculo soberano. A origem da apatridia está, historicamente, relacionada às disputas fronteiriças entre Estados-Nação, à reestruturação do arranjo populacional pelos territórios, como afirma o Alto Comissariado de Nações Unidas para os refugiados (ACNUR) em relatório:

[...] a apatridia, que foi reconhecida pela primeira vez como um problema mundial na primeira metade do século XX, pode ocorrer como resultado de disputas entre Estados sobre a identidade jurídica dos indivíduos, da sucessão

⁶ [...] refere-se às atividades internacionais realizadas diretamente por atores subnacionais (unidades federadas, regiões, comunidades urbanas, cidades), que apóiam, complementam, corrigem, duplicam ou desafiam a diplomacia do Estado-Nação; o prefixo "para" indica o uso da diplomacia fora da estrutura tradicional do Estado-Nação (SOLDATOS, 1993, p. 46 – Tradução Nossa).



de Estados, da marginalização prolongada de grupos específicos dentro da sociedade, ou ao privar grupos ou indivíduos da sua nacionalidade. A apatridia está normalmente associada a períodos de mudanças profundas nas relações internacionais (ACNUR, 2009, p. 6).

A ConIFA é uma sucessora da *N.F. Board*, que organizou o futebol alternativo de 2006 até 2013, é sediada em Luleå (Suécia), declara-se apolítica, possui 64 membros espalhados pelo mundo (33 na Europa, 12 na Ásia, 10 na África, 4 na Oceania, 4 na América do Norte e 3 na América do Sul), dos quais 14 estão presentes na Região do Cáucaso ou em regiões próximas, como a Criméia e o Leste da Ucrânia, é a mais bem sucedida tentativa de quebra do monopólio da FIFA no futebol, organiza sua própria Copa do Mundo de Futebol Masculino e reconhecendo povos fortalece os sentimentos nacionais de minorias étnicas e/ou linguísticas, grupo indígena, organização cultural ou território que os represente um povo, além de organizar a estrutura supra futebol alternativo.

O esporte tem a capacidade de construir uma imagem nacional dos estados, incluindo aquelas que ainda não foram reconhecidas por organismos internacionais, assim podemos observar o seu uso como um instrumento das relações de poder, sejam entre a comunidade internacional, para legitimidade de um Estado, ou entre o controle de um esporte, que é um elemento cultural e representativo para bilhões de pessoas, que possui um dos maiores cadeias produtivas do planeta.

A ONGI, por possui uma abordagem que passa pela paradiplomacia, provoca o questionamento da representatividade das Nações Unidas, uma vez que, não apenas, há tantas nações que não possuem representatividade, mas também é possível realizar uma copa do mundo entre elas, porém mas a entidade em si não é paradiplomática, uma vez que a mesma não é um ator subnacional, mas, sim uma ONGI.

A exclusão das minorias no mundo do futebol e do sistema Estado-Nação, provocou um movimento de resistência aos organismos políticos internacionais, baseados na paradiplomacia. A ConIFA, ao acolher estes estados proporciona um a estes povos a sua inserção, não apenas na rede do futebol, mas na rede de interação. Esta inserção, proporcionaria aos povos apátridas, um intercâmbio com os demais agentes (estrutura) de poder, ao criar uma rede supranacional própria, no qual um membro reconhece ao outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a globalização dos esportes, as ONGI's ganham relevância e influência, pela quantidade de pessoas que determinado esporte abrange pelo mundo. O COI, por organizar a



maior competição multiesportiva do globo, assim como a FIFA, com a Copa do Mundo além de ter o monopólio do futebol, são alguns exemplo de como entidades esportivas, utilizam e são utilizadas, através dos esportes, como instrumentos de poder, em busca de mais influência nas redes de interação

A FIFA, que em diversos momentos disputou os direitos pelo uso exclusivo do futebol, desta vez tem uma concorrente que atua fora do modelo dos Estados-Nação vigente, a ConIFA, que proporciona as minorias, a sua inserção nas redes de interação através da paradiplomacia.

Demonstra-se, que o futebol é um elemento social, como elemento cultural popular e de forma concomitante, representativo no âmbito da união nacional, ao criar seleções nacionais. A Região do Cáucaso demonstra esta relação pela quantidade de membros representados na ConIFA.

Assim, através do futebol, a ConIFA vai promovendo um processo de criação cultural, de novas identidades, moldando e representando povos, que buscam a consolidação de um território. Um processo que a FIFA fez, quando reconheceu ao Estados africanos e do Leste Europeu recém independentes na segunda parte do século XX. Este processo também a insere entre os agentes globais, ao reconhecer tantos membros que outros não o fazem, o que pode oferecer uma posição de representação do conjunto desses povos com um objetivo em comum.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de Presidente Prudente, e do Núcleo de Pesquisa e Estudos Regionais (NUPERG). Salientamos que o presente trabalho foi produzido com o auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – processo nº 160786/2021-5, o qual conferimos nossos agradecimentos. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas nesta pesquisa são de responsabilidade do autor e não necessariamente correspondem a visão do CNPq.



REFERÊNCIAS

ACNUR. **Nacionalidade e Apatridia**: Manual para parlamentares. Suíça, 2009. Tradução: Unidade Legal Regional do Escritório do ACNUR para as Américas com o apoio do Conselho Português para refugiados. Disponível em: <https://bit.ly/3CS7Hjs>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ATHAYDE, P *et al.* *O esporte como direito à cidadania*. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, abr.-jun. 2016. DOI: 10.5216/rpp.v19i2.34049. Disponível em: <https://bit.ly/3eDY6RZ>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BARRINHA, A. NUNES, I. O futebol e a globalização. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 2, jun. 2004. DOI: 10.17851/1982-0739.20.1.51-62. Disponível em: <https://bit.ly/30C2L3N>. Acesso em: 02 set. 2021.

BECKER, B. A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I.; COSTA GOMES, P.; CORREA, R. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

BONIFACE, P. **Football et mondialisation**. 2ª ed. Paris: Armand Colin, 2010. ISBN: 978-22-002-4833-8.

BONIFACE, P. **Géopolitique du sport**. Paris: Armand Colin, 2014. ISBN: 978-22-002-8961-4.

BULL, H. **The Anarchical Society**. Nova York: Columbia University Press, 1977. ISBN: 0-333-19914-6.

CAMPOS, F.; ALFONSI, D. **Futebol** objeto das Ciências Humanas. 1ª ed. São Paulo: Leya, 2014. ISBN: 978-85-8181-595-4

CANETTIERI, T. A Importância do futebol como instrumento da geopolítica internacional. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 116 - 128, jun. - dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3CNBpU>. Acesso em: 17 ago. 2021.

COELHO, J. N. *Ondulando a bandeira*: futebol e identidade nacional. **Relações Internacionais**, Portugal, v. 1, n. 2, p. 119 - 140. Disponível em: <https://bit.ly/3gL3W6G>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CONIFA. **Balanco financeiro 2020**. Luleå, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3hjBOYw>. Acesso em 5 jul. 2021.

CASTRO, I. E. de **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. ISBN: 85-286-1161-2. Disponível em: <https://bit.ly/3PjHQ>. Acesso em: 07 jun. 2021.

FIFA. **Balanco financeiro anual 2018**. Genebra, 2019. Disponível em: <https://fifa.fans/3q341Wb>. Acesso em 27 set. 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GIGLIO, S. S. **COI x FIFA**: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos. 2013. 519f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Educação Física e Esporte. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: 10.11606/T.39.2013.tde-21012014-133735. Disponível em: <https://bit.ly/35wt4HD>. Acesso em 17 jun. 2021.



GIGLIO, S. S.; RUBIO, K. A hegemonia europeia no Comitê Olímpico Internacional. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 291 - 305, 2017. DOI: 10.11606/1807-5509201700010291. Disponível em: <https://bit.ly/3zzQTW8>. Acesso em: 17 jun. 2021.

KEOHANE, R.; NYE JR., J. **Power and interdependence: world transition**. 3 ed. Boston: Little Brown & Co., 2001.

LISOWSKI, T. R. *A Apatridia e o "Direito a ter Direitos"*: Um estudo sobre o Histórico e o Estatuto Jurídico dos Apátridas. **Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 3, p. 109 – 134, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2UpoEAm>. Acesso em 17 ago. 2021.

MASCARENHAS, G. *Geografia dos Esportes, Uma Introdução*. **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Barcelona, n. 35, 1999. Disponível em: < <https://bit.ly/2QBDH8c>>. Acesso em: 12 set. 2020.

MASCARENHAS DE JESUS, G. Várzeas, Operários e Futebol: Uma outra Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, p. 84 - 92, 21 set. 2009. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i8.a13435>. Disponível em: <https://bit.ly/3e6P1S7>. Acesso em 10 out. 2021.

MOREAU, N.; ROY, M.; WILSON, A.; DUAULT, L. A. "Life is more important than football": Comparative analysis of Tweets and Facebook comments regarding the cancellation of the 2015 African Cup of Nations in Morocco. **International Review for the Sociology of Sport [online]**, v. 56, n. 2, p. 252 - 275, 20 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F1012690219899610>. Disponível em: <https://bit.ly/1wMm7>. Acesso em: 30 abr. 2021.

NYE JR. J. S. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: PublicAffairs, 2004. ISBN: 978-15-86483-06-7. Disponível em: <https://bit.ly/3v0s2hp>. Acesso em: 7 jun. 2021.

NYE, JR. J. S. **In Mideast, the Goal Is "Smart Power"**. Boston: Boston Globe, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3w0EmQ8>. Acesso em 7 jun. 2021.

ONU. **Balço financeiro 2018**. Nova Iorque, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3gxUseI>. Acesso em: 27 set. 2020.

PIZARRO, J. O. **FIFA e Governança Global: atuação a partir da análise do soft power (1990-2015)**. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993. ISBN: 85-08-04290-6. Disponível em: <https://bit.ly/3itvChl>. Acesso em 7 jun. 2021.

RODRIGUES, M. R. **O poder institucional da FIFA como ator não estatal na política internacional**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/30AhRHa>. Acesso em: 29 set. 2021.

ROSNEAU, J. **Turbulence in world politics**. A theory of change and continuity. Nova Jersey: Princeton University Press, 1990. ISBN: 978-06-91-02308-3

RUBIO, K. *Ética e compromisso social na psicologia do esporte*. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 304-315, jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000200011>. Disponível em: <https://bit.ly/2R7FPUY>. Acesso em 28 abr. 2021.

RUBIO, K. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 55 - 68, jan. - mar. 2010.



SILVA, E. S. P. **A Geopolítica dos esportes e o papel dos BRICS na organização de megaeventos.** 2019. 106f. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** – 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. ISBN: 85-314-0713-3.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. ISBN: 978-65-55-87186-9.

SOLDATOS, P. Cascading subnational paradiplomacy in an interdependent and transnational world. In: BROWN, D.; FRY, E. (org.). **States and Provinces in the International Economy.** California: Institute of Governmental Studies Press, University of California, 1993. p. 45 – 64. ISBN: 0-87772-335-4. Disponível em: <https://bit.ly/2YR0Uau>. Disponível em: 20 set. 2021.

WALTZ, K. **Teoria das Relações Internacionais.** Traduzido por Maria Luísa Felgueiras Gayo. Lisboa: Gradiva Publicações, 2002. ISBN: 978-85-35-21687-5.

WEBER, M. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais.** In: COHN, G. (Org.) Max Weber. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991. ISBN: 978-85-08-10606-6. Disponível em: <https://bit.ly/3uXYrVL>. Acesso em: 15 out. 2019.